

**A HETERONORMATIVIDADE COMO ESTRANHAMENTO: CONTRIBUIÇÕES
MARXISTAS À CRÍTICA DA SUA CONSTRUÇÃO SOCIAL**

**LA HETERONORMATIVIDAD COMO ALIENACIÓN: CONTRIBUCIONES
MARXISTAS A LA CRÍTICA DE SU CONSTRUCCIÓN SOCIAL**

**HETERONORMATIVITY AS ESTRANGEMENT: MARXIST CONTRIBUTIONS TO
THE CRITICISM OF ITS SOCIAL CONSTRUCTION**

DOI 10.9771/gmed.v15i3.56812

Djonatan Kaic Ribeiro de Souza¹

Resumo: Este artigo, a partir do complexo do estranhamento desenvolvido por György Lukács, visa a contribuir criticamente para os estudos acerca da construção social da heterossexualidade. A heteronormatividade é compreendida como um constructo histórico da produção social da natureza sexual do corpo e dos regimes de normalização sexual. A síntese a que se chega é a de que o estranhamento sexual é amadurecido nas sociedades capitalistas, sendo um resultado histórico da naturalização da sexualidade.

Palavras-chave: Construção social. Heteronormatividade. Estranhamento. Marxismo.

Resumen: Este artículo, a partir del complejo de alienación desarrollado por György Lukács, tiene como objetivo contribuir críticamente con los estudios sobre la construcción social de la heterosexualidad. La heteronormatividad se comprende como un constructo histórico de producción social de la naturaleza sexual del cuerpo y de los regímenes de normalización sexual. La síntesis a la cual se llega es la de que la alienación sexual se madura en las sociedades capitalistas, siendo así un resultado histórico de la naturalización de la sexualidad.

Palabras clave: Construcción social. Heteronormatividad. Alienación. Marxismo.

Abstract: Based on the concept of estrangement complex, developed by György Lukács, this article critically contributes to the studies on the social construction of heterosexuality. Heteronormativity is understood as a historical construct resulting from the social production of the sexual nature of the body and the sexual normalization regimes. The synthesis reached is that sexual estrangement is mature in capitalist societies and it is a historical result of the naturalization of the sexuality..

Keywords: Social construction. Heteronormativity. Estrangement. Marxism.

Introdução

A partir do complexo do “estranhamento” de György Lukács, este artigo realiza uma contribuição de carácter marxista ao estudo crítico da heteronormatividade, compreendendo sua

construção social como *estranhamento sexual*. Fruto da tese de doutorado, “Contribuições do complexo Estranhamento para a crítica da heteronormatividade” (2023)², este estudo qualifica a heteronormatividade como um constructo histórico, fruto das transformações sobre as lentes epistemológicas e de concepções ontológicas, associado ao desenvolvimento do progresso científico no que diz respeito à construção da “natureza” sexual do corpo e da normalização do desejo sexual, que atingem maturidade histórica nos marcos do desenvolvimento das relações sociais capitalistas. O estranhamento sexual é uma crítica que toma a heterossexualidade como uma construção social, recusando seu caráter enquanto natureza, sinalizando que seu processo de naturalização ocorre sob a forma de estranhamento.

Carole Vance (1995) sugere que a compreensão do que é “socialmente construído” em termos de sexualidade continua a ser uma questão controversa nos estudos de gênero e sexualidade. Portanto, vale discutir o que é esse “socialmente construído”. Tais controvérsias estão relacionadas a conflitos e disputas por concepções sobre a sua natureza inerente ao corpo, a capacidade reprodutiva, a identidade, o pecado, o desejo, os dispositivos, o comportamento e as práticas sexuais (VANCE, 1995). Este estudo faz parte desse debate teórico-metodológico e político ao analisar que o que é “socialmente construído” trata-se do ocultamento do caráter puramente social da construção de uma natureza heterossexual, que estaria supostamente impregnada na diferença sexual e nas práticas sexuais de ordem reprodutiva.

Esta problematização teórico-metodológica também é motivada por inquietações sobre como a tradição marxista pode colaborar para desvendar os processos de naturalização da sexualidade nas sociedades capitalistas. Algumas implicações acompanham essas inquietações. Apontamos questões de ordem conceitual, como a ausência de um conceito ou abordagem teórica que apresente a sexualidade em termos marxistas. Sobre essa ordem de questões, compreendemos que autores, conceitos e obras importantes no campo da sexualidade não fazem parte da tradição marxista e, muitas vezes, estão em conflito com o marxismo, a exemplo dos conceitos de dispositivo da sexualidade e de centralidade do discurso e do poder, que é tão caro à abordagem foucaultiana. Ao tomar sexualidade como um dispositivo histórico, que se generaliza a partir do século XIX, compreende-se que a sexualidade não é um dado da natureza, mas uma forma de dominação que o poder e o conhecimento procuram controlar e desvendar (FOUCAULT, 1988). Conforme aponta Vance (1995), esse conceito é uma das grandes contribuições para o debate da construção social da sexualidade e fornece base para o desenvolvimento de pesquisas críticas sobre os regimes da normalização sexual, consideradas como um produto de métodos de intervenção, derivados da sexologia e da psicanálise nas áreas de medicina, psicologia, psiquiatria e direito (KATZ, 1996; HARAWAY, 2004; LAQUEUR, 2001).

Nessa esteira, Gayle Rubin (2017, p.55) sinaliza a ausência, bem como a necessidade de uma análise marxista, que tome o sistema sexo-gênero como um produto da atividade humana, historicamente situados, e não como expressões a-históricas da psique humana. Para a autora, o marxismo clássico é inadequado para expressar ou conceituar a repressão sexual, pois subordina a

questão sexual à economia (RUBIN, 2017). Portanto, não é só necessário deixar de tomar o marxismo como única fonte explicativa dos problemas sociais, mas também construir ferramentas analíticas que não sucumbam o sexual ao econômico ou fiquem presas numa análise construtivista ou como mero produto da psiquê (RUBIN, 2017). Não menos importante é a acusação de ecletismo teórico, ou seja, no diálogo sobre a sexualidade e o marxismo surgem tendências que combinam teorias e métodos inconciliáveis (como marxismo, pós-estruturalismo, teoria *queer*).

Nesse sentido, os elementos constitutivos do complexo do estranhamento, desenvolvido por Lukács (2013), apresentam fecundos aportes teóricos, metodológicos e históricos para uma contribuição marxista à crítica da construção social da sexualidade. Trata-se de uma contribuição teórica porque permitirá tratar da sexualidade, não como um problema conceitual (e muito menos ontológico, no sentido de sua constituição como fundamento do ser social), mas como problema social e histórico, que se constitui nos processos sociais. Ademais, o arsenal teórico-metodológico do estranhamento possibilita não tomar a questão sexual como um mero epifenômeno ou subalterno da estrutura econômica. Assim, tal arsenal permite fugir de uma tendência que recorre a “esquematismos e soluções prontas, típicas de um certo funcionalismo que insiste em ressaltar a *função* das ‘opressões’ para a manutenção do sistema capitalista” (ABREU; CASTRO, 2019, p. 89, *itálico das autoras*).

Na mesma medida, que contribui para refutar a tese que o marxismo reduz os fenômenos à esfera econômica. Apontamos necessária abertura para o diálogo com as teorias sociais de gênero e sexualidade, para possibilitar uma aproximação e a consolidação de uma tradição de estudos que desenvolvam de forma substancial um debate entre economia e sexualidade. Apesar das contribuições de Marx e Engels sobre o debate da condição das mulheres, os textos do marxismo clássico, não poderiam oferecer uma análise substancial da sexualidade humana, tendo em vista, que não se tratava de objeto direto de preocupação, e que o próprio “campo” de estudos da sexualidade, só vão começar a ganhar contornos a partir do século XIX. Contudo, é nesse diálogo entre marxismo e estudos da sexualidade, que apostamos para o desenvolvimento de uma rica análise da sexualidade na sociedade capitalista, apontando que a “perspectiva de totalidade é, neste sentido, outro caminho teórico-metodológico que, por um conjunto de mediações, possibilita a apreensão e o conhecimento da realidade em sua densidade histórica, contradições e aberta à dinâmica da luta de classes”(SANTOS, 2016, p. 08).

Recorrendo a um diálogo crítico com os estudos da sexualidade, ousamos não recusar fundamentos teóricos e históricos que compõem esses estudos, e fundamentar a lógica que estrutura o conceito de estranhamento desenvolvido por Lukács. Desse modo, apontamos para a sexualidade como um produto da atividade humana, evidenciando uma análise marxista da heteronormatividade como um constructo historicamente situado, demonstrando seus mecanismos de construção social junto à atividade humana, na qual a produção social do “sexo biológico” e das “verdades” científicas sobre o corpo ganham concretude e materialidade sócio-históricas implicadas na reprodução da sociedade capitalista.

Realizamos tal análise sem, contudo, deixar de localizar a problemática no campo da subjetividade, pois o estranhamento também se localiza na relação entre sociabilidade e o desenvolvimento das personalidades (LUKÁCS, 2013; COSTA 2014; FORTES, 2018). Sendo assim, entendemos que é no trato da temática do estranhamento que a tradição marxista consegue oferecer de forma substancial uma contribuição teórico-metodológica para uma crítica à naturalização da heterossexualidade e sua superação histórica. Nesse sentido, esse artigo apresenta (i) as linhas gerais do complexo do estranhamento em Lukács, que é abordado na seção “O complexo estranhamento em Lukács”; (ii) delinea os elementos gerais da produção da heteronormatividade em termos de estranhamento, discutido nas seções “O estranhamento da vida sexual em Lukács” e a “A construção social da heteronormatividade enquanto estranhamento”, apontando, assim, duas dimensões dessa construções nas seções, “A construção do corpo sexuado” e “A normalização da heterossexualidade”; (iii) e, por fim, as conclusões.

O complexo estranhamento em Lukács

O argumento do estranhamento proposto por Lukács (2013) explicita os aspectos objetivos-subjetivos da atividade humana que surgem na vida cotidiana, no quadro dos conflitos decorrentes do desenvolvimento das forças produtivas, do afastamento das barreiras naturais e do processo de maior integração humana à sociabilidade. Para Lukács (2013), o estranhamento é um problema que surge quando há um descompasso entre o desenvolvimento das forças produtivas e sua reverberação na personalidade humana, situando o problema do estranhamento em relação ao indivíduo, ao gênero humano e à sociabilidade³. De acordo com Lukács (2013), o estranhamento está localizado no ser social, portanto, não se trata de uma condição humana, mas de um fenômeno histórico-social centrado nas relações concretas, um fenômeno socioeconômico que toma forma ideológica, é concreto e está enraizado no sistema econômico (LUKÁCS, 2013).

Deve ser dito logo de início que examinaremos o estranhamento como um fenômeno exclusivamente histórico-social, que emerge em certos picos do desenvolvimento em curso, assumindo a partir daí formas historicamente sempre diferentes, cada vez mais marcantes. A sua constituição, portanto, não tem nada a ver com uma *condition humaine* universal, possuindo menos ainda qualquer universalidade cósmica. (LUKÁCS, 2013, p. 577)

O estranhamento amadurece nas relações sociais capitalistas porque ganha maturidade e complexificação ideológica no interior das lutas de classes (LUKÁCS, 2013; FORTES, 2019; VAISMAN, 2016).

O próprio fenômeno, claramente delineado por Marx nos enunciados citados por nós, pode ser assim formulado: o desenvolvimento das forças produtivas é necessariamente ao mesmo tempo o desenvolvimento das capacidades humanas. Contudo – e nesse ponto o problema do estranhamento vem concretamente à luz do dia, o desenvolvimento das capacidades humanas não acarreta necessariamente num desenvolvimento da personalidade humana. Pelo contrário: justamente por meio do incremento das capacidades singulares ele pode deformar, rebaixar etc. a personalidade humana. (LUKÁCS, 2013, p. 581)

Segundo Vaisman (2016), o debate sobre o estranhamento é um enfrentamento filosófico ao problema do progresso do ser social ao abordar o progresso e o papel da ética, das intencionalidades e das alternativas das escolhas nas tendências do desenvolvimento social. Podemos entender que o estranhamento é um problema sócio-histórico que emerge da atividade humana em busca por compreensão dos fenômenos, superação ou solucionar alguma barreira, e ou justificar alguma construção social. As tendências ideológicas e as determinações de classe exercem controle sobre o desenvolvimento das forças produtivas, os avanços científicos, as instituições sociopolíticas como o Estado e o plano ético-moral em uma determinada sociedade. Esses elementos não ocorrem de forma independente.

No entanto, esse progresso jamais deve – como ocorreu, em geral, por longo tempo – ser concebido apenas como avanço do homem. Também aqui é necessário ter sempre presente que as principais forças que operam espontaneamente são de caráter causal, e assim possuem em sua universalidade uma orientação que, em sua linha geral, eleva as forças produtivas, promove a sociabilidade etc., mas não são em si totalmente indiferente a todos os valores sociais, a todos os valores humanos. Assim, desenvolvem, de um lado, as forças humanas para uma ação cada vez mais objetiva em suas próprias condições de reprodução; de outro, desenvolvem ao mesmo tempo opressão, crueldade, logro etc., muitas vezes com intensidade crescente. (LUKÁCS, 2010, p. 247).

Lukács (2013) rejeita considerar o estranhamento como uma categoria ontológica do ser social porque a centralidade ontológica do ser social é o trabalho⁴, não as deformações sociais e históricas decorrentes das contradições nos processos de desenvolvimento e progresso social. Ao longo das transformações na natureza do ser social, “o estranhamento surgiu objetivamente entre a genericidade da sociedade como tal e os membros a ela pertencente” (LUKÁCS, 2013, p. 243). O surgimento dessa contradição entre progresso social e suas consequências nas individualidades manifesta-se de diferentes maneiras ideológicas, refletindo contradições entre gênero humano e individualidades. No contexto do capitalismo, essa contradição atinge um nível de maturidade e se torna ainda mais evidente, assumindo formas cada vez mais marcantes e plurais.

Lukács captura a “arquitetura” do estranhamento da seguinte forma: (i) os estranhamentos são mediados e se apresentam como ideologias; (ii) tem o papel de regulação da vida cotidiana; (iii) incidem em problemas e conflitos imediatos da vida cotidiana, influenciando diretamente nas tomadas de decisões dos indivíduos; (iv) incidem na relação entre individualidade e genericidade humana (LUKÁCS, 2013)⁵. Assim, o estranhamento é manifestado na vida cotidiana como um fenômeno histórico-social, e marcado por uma carga ideológica nos conflitos sociais. Nesse sentido, tal fenômeno possui um papel regulador das condutas humanas e contribui para a reificação da forma mercadoria na sociabilidade. Enquanto obstáculo ao pleno desenvolvimento humano e social, o estranhamento é uma antítese entre gênero humano e personalidades, um descompasso entre o avanço das forças produtivas e das capacidades humanas (LUKÁCS, 2013)⁶.

Não se trata apenas de uma metodologia arquitetônica de estranhamento; é também seus próprios aspectos ontológicos, seus movimentos e a forma como o fenômeno vai ganhando

materialidade e realização, e onde seus conteúdos, representações e materialidades vão ganhando contornos no ser social. A vida cotidiana é o seu lugar de realização por ser um lugar de intersecção entre as estruturas econômicas e o indivíduo singular. O estranhamento está centrado no indivíduo e é forjado no ser social, ou seja, fundado na estrutura econômica e na produção e reprodução das relações sociais. Portanto, o estranhamento é um problema socioeconômico de ordem coletiva (LUKÁCS, 2013).

Não basta afirmar unilateralmente, apenas a contradição entre o desenvolvimento da capacidade, que se dá no plano genérico, e o desenvolvimento da personalidade, que evidentemente, se dá no plano do indivíduo, antes de mais nada é preciso recordar, portanto, que o indivíduo é uma entificação unitário, que vai criando a si o próprio ambiente a partir das decisões, alternativas, a partir dos seus pores teleológicos, de sua prática. (VAISMAN, 2016).

Acredita-se que Lukács destaque o problema do estranhamento entre o gênero humano e as personalidades, ressaltando seu caráter histórico e sua ligação com a atividade humana. O problema do estranhamento está relacionado ao confronto, percepção e/ou negação das contradições do progresso social. Isso envolve a capacidade do sujeito em compreender as diferentes alternativas e fundamentos dos processos sociais.

[...] o estranhamento não constitui algo para si, não sendo algo totalmente autônomo em termos humano-sociais, mas constitui um elemento do processo de desenvolvimento social, no qual ele, dependendo das circunstâncias, parece desaparecer por completo ou então preserva manifestamente sua peculiaridade. (LUKÁCS, 2013, p. 626)

O entendimento de Lukács é que a vida genérica não é experimentada de forma igual, apesar de ser composta pelas sínteses dos atos singulares que formam a totalidade da vida social. O estranhamento é um fenômeno histórico e concreto que também possui uma dimensão ideológica. Isso ocorre tanto no momento em que o estranhamento surge quanto na busca por superá-lo, no interior dos conflitos que impulsionam o progresso e o desenvolvimento na sociedade. Em resumo, de acordo com Lukács, o estranhamento ocorre devido ao descompasso entre o avanço das forças produtivas e o impacto nas personalidades humanas.

Lukács argumenta que o estranhamento não é inerente aos seres humanos, mas o fenômeno consistiria em um problema social e histórico que surge a partir dos reflexos do progresso social. A partir do princípio ontológico e epistêmico desse conceito, criticamos a forma como, na produção e reprodução das relações sociais, certas categorias se apresentam de modo a possuir caráter ontológico por meio de formas ideológicas, obliterando “o autoconhecimento de que a sua própria vida, a do gênero e a dos seres humanos nela existente, deve ser um processo histórico amplo, complicado, e em última análise, irreversível, portanto, histórico” (LUKÁCS, 2010, p. 279). O aporte teórico-metodológico da problemática do estranhamento em Lukács contribui para a compreensão desse fenômeno socioeconômico que regula a vida cotidiana, o campo do imediatismo e as relações com as funções sociais das ideologias e permite avançar no debate da emancipação humana e da desnaturalização da vida social.

O estranhamento da vida sexual em Lukács

Lukács (2013) dedica uma atenção peculiar e interessante ao sexo no capítulo “Estranhamento”, presente em “Para uma Ontologia do Ser Social II”, ao traçar algumas considerações importantes sobre o que o autor chamará de “estranhamento da mulher”, “estranhamento do homem” e “estranhamento da vida sexual” (LUKÁCS, 2013). Lukács não oferece apenas o debate sobre o complexo do estranhamento em si, mas sua relação com a questão da sexualidade. Entendemos que o autor oferece duas “entradas” a essa interlocução: (i) ao tratar das relações estranhadas entre os sexos e o processo de inferiorização da mulher, e (ii) ao vincular sexualidade a processos de emancipação e liberdade.

A questão sexual aparece não como um problema puramente individual e da esfera privada, mas como uma esfera importante do ser social, contendo em si aspectos subjetivos e objetivos em torno da reprodução biológica e das relações eróticas (LUKÁCS, 2013). O estranhamento presente na questão sexual reside no fato de que a sexualidade humana, ao incorporar conteúdo sociais, construídos no desenvolvimento do ser social, é um produto das transformações societárias e do tipo de conteúdo construído, seja ele emancipatório ou estranhado. Para o autor, nos últimos séculos, têm-se constituídos conteúdos que degradam a sexualidade humana, pois, carrega em si formas sociais de inferiorização e sujeição da mulher em relação ao homem. Assim, o autor localiza o “estranhamento na vida sexual” numa complexa relação dialética entre o que para ele é uma base irrevogável da sexualidade – o componente erótico/sexual e a reprodução biológica – e a incidência das transformações sociais, dos conteúdos socialmente construídos e da forma como ocorre a relação entre os sexos.

Para Lukács (2013), a ascensão da propriedade privada e a derrocada o matriarcado, são fundamentos sócio-históricos para a sujeição e a inferiorização da mulher. Assim, a questão sexual possui raízes tanto na esfera econômica, quanto no plano sexual. Lukács (2013) enfatiza que apesar de o fato da continuidade da espécie humana exigir o componente biológico da reprodução, essa atividade humana deixa de ser uma atividade puramente biológica e passa a ser uma atividade com conteúdo cada vez mais social. No mesmo compasso, as relações eróticas deixam de ter uma forma instintiva para se influenciar pelas construções em torno do erótico. Portanto, reprodução e erotismo estão na centralidade do estranhamento da vida sexual e torna-se um problema tanto do plano da individualidade, quando toma os indivíduos em suas práticas sexuais e seus processos de constituição da personalidade, quanto um problema ético-político do gênero humano, quando o estranhamento da vida sexual implica no grau de desenvolvimento e progresso do ser social (LUKÁCS, 2013; COSTA, 2012; FORTES, 2018).

A “questão sexual”, enquanto fundamento do “estranhamento da mulher”, para Lukács, não reside na biologia, mas nas formas históricas e políticas que as relações entre os sexos se dão, o que vem, ao longo do tempo, perpetuando uma inferioridade social, fundamentada num discurso biológico. Esta esfera biológica vai incorporando mais elementos do desenvolvimento social e do conhecimento

científico e instituiu uma base moderna de sujeição e inferiorização da mulher. Assim, o estranhamento na vida sexual se instituiu quando se desenvolvem bases materiais e produtivas, atreladas a picos de desenvolvimento e progresso do ser social, o que em tese permitiria condições objetivas para dar saltos de qualidade emancipatória nas relações sociais. Ademais, as relações entre os sexos não se desvinculam de formas de inferiorização e sujeição da mulher.

Lukács (2013) entende que é no plano da sexualidade que ocorre o estranhamento, e é nesse plano que ocorrem disputas e lutas em torno dos processos de libertação e emancipação sexual, o confinamento ao biológico enquanto natureza inferior. O autor sinaliza que o desenvolvimento econômico do capitalismo e a liberdade socioeconômica das mulheres não foram suficientes para promoverem uma libertação sexual,

o progresso meramente econômico, enquanto implosão econômica das tradicionais formas sociais de estranhamento, até agora contribuiu bem pouco para a verdadeira solução dos problemas, para a imposição da igualdade de facto das mulheres no trabalho e na vida familiar (LUKÁCS, 2013, p. 611).

A liberdade sexual “deve, portanto, ser conquistada sobretudo no terreno específico de sua confissão, no terreno da própria sexualidade” (LUKÁCS, 2013, p. 611). A sexualidade, ao mesmo tempo em que é fonte de estranhamento, é ponto central da luta contra esse estranhamento: “a luta pela libertação da mulher contra esse estranhamento não é, portanto, ontologicamente apenas uma luta voltada contra as aspirações de estranhamento que partem do homem, mas deve também visar a própria autolibertação interior” (LUKÁCS, 2013, p. 611). Contudo, Lukács (2013) entende que a luta contra o estranhamento da vida sexual deve ocorrer junto ao estranhamento na esfera econômica para que a superação de uma forma de estranhamento não continue a perpetuação de outros tipos de estranhamento, sendo necessário, portanto, a superação da ordem social econômica burguesa, marcada pelo fetiche da mercadoria (LUKÁCS, 2013).

Em síntese, Lukács (2013) aponta uma preocupação peculiar com a questão sexual e a superação do estranhamento da vida sexual. Sinaliza para a necessidade de apreender os conteúdos históricos que incidem sobre a sexualidade humana, e abre caminhos para aprofundar a crítica da construção social da sexualidade humana em termos marxistas ao mesmo tempo em que instiga o debate político a discutir o lugar da sexualidade nos projetos políticos marxistas em termos de emancipação humana, sendo uma guisa teórica fundamental para o debate da sexualidade no marxismo⁷.

A construção social da heteronormatividade enquanto estranhamento

Vários autores apontam que o século XIX foi o momento histórico que consolidou o modelo da diferença sexual, baseado na biologia reprodutiva e na anatomia corporal, e também consolidou a sociedade burguesa, bem como a generalização do dispositivo da sexualidade e sua normatização na forma heterossexual (FOUCAULT, 1981; KATZ, 1993; ÒSCAR, 2007). Em termos de sexualidade, a emergência da sociedade capitalista é caracterizada pelo desenvolvimento do “sexo

biológico”, produzido no interior do progresso científico sobre o conhecimento do corpo humano, como regulador do corpo e dos padrões culturais de sexo-gênero-sexualidade, bem como pelo processo de desenvolvimento de conhecimentos científicos que possibilitaram a patologização, criminalização e padronização da sexualidade em normal (heterossexual) e anormal (homossexual) (LAQUEUR, 2001; FAUSTO-STERLING, 2002; FOUCAULT, 1988; KATZ, 1980).

É nesse sentido que apontamos a heteronormatividade como estranhamento. Ao construir uma natureza para o sexo, via desenvolvimento dos conhecimentos científicos sobre a biologia reprodutiva, bem como o ordenamento de uma ordem sexual reprodutiva, ela oculta e mistifica essa própria construção social em termos de natureza. Essa “natureza sexual” atrelada às transformações societárias que acarretaram o amadurecimento da sociedade capitalista contribuiu para justificar a heterossexualidade como algo natural. A história da heterossexualidade passa, portanto, pela construção do “corpo sexuado” em uma “natureza sexuada”. Assim, na sociedade capitalista, a sexualidade humana é sedimentada na construção social de uma natureza biológica do sexo.

Para entender essas construções enquanto estranhamento sexual, é essencial considerar alguns fundamentos sociais e históricos, que nem de perto esgotam os elementos, mas contribuem para o entendimento da construção social da heterossexualidade: o avanço científico em relação ao corpo, a disseminação do dispositivo da sexualidade e a regulação das práticas e desejos para promover a normalidade heterossexual.

Nesse sentido, a contribuição do complexo do Estranhamento em Lukács aponta para uma perspectiva marxista sobre a construção social da sexualidade humana ao indicar, a necessidade de analisar e conhecer os conteúdos sociais (que, portanto, só podem ser construídos socialmente) integrados à sexualidade humana. Apontamos que a construção social da sexualidade, está marcada por conteúdos que forjam uma identidade heterossexualidade, que regula a vida cotidiana e a relação entre indivíduo e gênero humano, aonde a heterossexualidade, enquanto uma construção social, tem em sua base material a construção do corpo sexuado e os processos de construção de uma identidade heterossexualidade baseada na normatização do desejo e das práticas sexuais, que serão a frente expostos. Nesse sentido, são mobilizadas, ferramentas teóricas-metodológicas, que buscam apresentar, esses conteúdos que compõem a base material e os processos históricos de consolidação do estranhamento sexual.

Ainda são novos e em elaboração os estudos marxistas que oferecem análises sobre a sexualidade. Nesse sentido, dialogamos com autoras e autores não marxistas, apontando para a defesa do pluralismo teórico-metodológico. Ao ponto que lançamos mão dos conceitos de Foucault (1981), Laqueur (2001) e Katz (1996), pois acreditamos que esses autores dão condição para historicizar a produção social do corpo sexuado e dos regimes de normalização da sexualidade. Nesse sentido, apontamos para a possibilidade do diálogo e aproximações, entre os estudos marxistas e os estudos de gênero e sexualidade, no sentido de buscar nestes conteúdos sociais, históricos e ideológicos que permite compreender a construção social da heterossexualidade e sua reificação enquanto natureza.

Como aponta Noronha (2021, p. 188), a temática da sexualidade mobiliza autores “que estão situadas hegemonicamente no pós-estruturalismo e pós-modernismo. Isso se justifica devido ao fato de os estudos sobre sexualidade possuírem significativa ascensão no mesmo momento em que estava instaurada a “crise dos paradigmas sociais” nas ciências das humanidades”. Nesse sentido, apontamos para a necessidade do pluralismo teórico

Pluralismo, no terreno da ciência natural ou social, não é sinônimo de ecletismo. É sinônimo de abertura para o diferente, de respeito pela posição alheia, considerando que essa posição, ao nos advertir para os nossos erros e limites, e ao fornecer sugestões, é necessária ao próprio desenvolvimento da nossa posição e, de modo geral, da ciência. (Coutinho, 1991, p.14).

Assim, reconhecemos que o pluralismo é fundamental para o avanço teórico-metodológico do debate entre marxismo e sexualidade. Nesse sentido, justifica-se o diálogo com autores não marxistas. Isso ocorre porque esses autores até agora foram os que mais contribuíram para a crítica da heteronormatividade. Ou seja, fornecem os “conteúdos” que possibilitam analisar os processos que consolidam e naturaliza a heterossexualidade: a produção do regime de normalidade sexual e a produção do corpo sexuado. Contudo, não abandonamos a perspectiva da totalidade e da crítica das relações sociais capitalistas, ausentes nos estudos hegemônicos da sexualidade, um ponto central que nos distancia da identificação direta com os autores utilizados.

A construção do corpo sexuado

Como enfatizado por Laqueur (2001), Fausto-Sterling (2002), Haraway (2004) e Preciado (2011), a interconexão entre ciência, biologia, sexo e gênero é influenciada por motivos políticos, econômicos e socioculturais. A construção do conhecimento, o avanço tecnológico e científico em relação ao corpo e ao "sexo biológico" estão relacionados a dilemas interpretativos entre biologia e cultura (LAQUEUR, 2001; FAUSTO-STERLING, 2002). Assim, o corpo sexuado é um produto social das descobertas científicas, que instituíram no capitalismo o corpo marcado pela diferença sexual como produto da natureza. Portanto, o "corpo real, biológico" e o "sexo anatômico" já são definidos antecipadamente por um sistema cultural que apreende gênero e sexualidade no “sexo biológico”. Nesse tópico, é, portanto, apresentada, a produção social do corpo sexuado, enquanto estranhamento, na medida em que é fruto do desenvolvimento social e científico sobre o corpo, mas estrutura a base para a naturalização do corpo com base numa política da diferença sexual.

Na sociedade capitalista, a heterossexualidade atrelada a “um modelo de dois sexos de masculinidade e feminilidade” (FAUSTO-STERLING, 2002, p. 35) constrói-se junto a um conjunto de discurso científico sobre corpo e sexo enquanto fundamentos materiais da sexualidade humana, ocultando as relações sociais que subjazem esse discurso. Como aponta Preciado (2011), a diferença sexual, produto de um contrato heterocentrado, estaria inscrita nas supostas verdades biológicas do corpo. Tecer críticas ao “progresso científico” sobre o corpo sexuado não é negar o conhecimento e os

avanços sobre a fisiologia, anatomia ou biologia humana, mas é sobretudo um ato de historicizar e entender a produção e o caráter histórico do “sexo” nas relações sociais capitalistas. Isso está diretamente ligado a um projeto social que se desenvolve e se torna uma base histórica e social que reforça a estranheza ao mistificar a construção social do corpo como algo natural.

Assim, o progresso científico sobre o corpo dá base para teorizar conceitos sexuais. Contudo, tais conceitos, sozinhos, não elaboram um discurso da diferença sexual, mas os projetos de sociedade ao qual esses conceitos estão relacionados elaboram-no. A diferença sexual moderna está relacionada a um modelo sexual que surgiu no final do século XVIII e se desenvolveu ao longo dos séculos XIX e XX. O Iluminismo trouxe uma mudança radical na compreensão dos sexos ao tomar a natureza como o fundamento da distinção entre os sexos, e é nos fundamentos biológicos que se encontra a explicação do que é ser masculino e feminino (LAQUEUR, 2001). Para tal, é preciso construir essa natureza, que passa a ser gestada no interior da medicina, da biologia fisiológica e da reprodução. Esse progresso científico irá deixar uma nova subordinação ao sexo feminino, agora não só atrelada a uma dominação patriarcal e de ordem reprodutiva (sem as superá-las), mas a própria ordem social em emergência, a sociedade capitalista, que exigiria um novo modelo de relações entre os sexos que correspondesse às necessidades sociais de sua época. Assim, o avanço da medicina reprodutiva e fisiológica está implicada nos processos históricos da revolução industrial, da urbanização, da divisão sexual do trabalho e a separação da esfera produtiva e reprodutiva, e pela contradição entre capital *versus* trabalho.

O processo de apreender “a construção do corpo sexuado” não pode ser isolado da compreensão do seu momento histórico, o momento de transição para a sociedade moderna e amplo desenvolvimento de viradas epistêmicas e ontológicas sobre a compreensão do ser social. Como aponta Laqueur (2001), não podemos atribuir a produção social da diferença sexual moderna somente à ciência, mas também às transformações sociais e políticas que reivindicaram uma nova interpretação social dos corpos.

A ascensão da religião evangélica, a teoria política do Iluminismo, o desenvolvimento de novos tipos de espaços públicos no século XVIII, as ideais de Locke de casamento como um contrato, as possibilidades cataclísmicas de mudança social elaboradas pela Revolução Francesa, o conservadorismo pós-revolucionário, o feminismo pós-revolucionário, o sistema de fábricas com sua reestruturação da divisão sexual de trabalho, o surgimento de uma organização de livre mercado de serviços ou produtos, o nascimento das classes, separadamente ou em conjunto - nada disso causou a construção de um novo corpo sexuado. A reconstrução do corpo foi por si só intrínseca a cada um desses desenvolvimentos. (LAQUEUR, 2001, p. 22-23)

Laqueur (2001) destaca que o programa científico do século XIX moldou a ciência e justificou as diferenças fisiológicas e reprodutivas entre corpos masculinos e femininos como complementares e incomensuráveis. Essa suposta “natureza da sexualidade humana” e a “construção do corpo sexuado” são resultados dos interesses políticos, econômicos e sociais em torno de um modelo de diferença sexual que reordenasse o lugar do homem e da mulher na nova divisão social do

trabalho capitalista e no modelo heterossexual-monogâmico e justificasse o status de cidadania e de direitos sociais para o sexo masculino, além da negação da participação da mulher na vida pública (LAQUEUR, 2001).

As novas formas de interpretar o corpo foram consequências de dois processos sociais, as mudanças epistemológicas sobre o corpo e os rearranjos políticos da nova ordem social. Segundo Laqueur (2001), a visão é a de que os sexos são completamente diferentes e têm órgãos sexuais de naturezas opostas e necessariamente complementares. A partir dos novos princípios iluministas, o corpo é real e não um produto cultural moldável. Ele é estável, fixo e possui características sexuadas. O avanço da ciência biológica mostra que não há ligação entre o orgasmo feminino e a concepção. A procriação é um atributo da natureza, e a mulher é identificada diretamente com a natureza, influenciada pela Renascença. Segundo Laqueur (2001), a descoberta do esperma e dos óvulos, juntamente com o desenvolvimento da Teoria das Células no século XVIII, assim como as revoluções científicas do Baconismo, Mecanicismo Cartesiano, Epistemologia Empirista e a Síntese Newtoniana, são cruciais para compreender as mudanças das lentes Iluministas para o modelo do dimorfismo radical, que

Engloba tanto a instituição de algumas dicotomias básicas, como fato e ficção, ciência e religião, razão e credulidade, corpo e espírito, verdade e falsidade, sexo biológico e gênero teatral, quanto o rompimento com a episteme da “grande cadeia do ser”. A associação infundável de signos, entre corpo e cosmos, dá lugar à redução a um plano único, o plano da natureza, onde a explicação reducionista e o sexo como fato físico são viáveis. Essas mudanças só foram possíveis em conjunção com um novo contexto político, especialmente centrado nas divisões entre esfera pública e esfera privada, homens e mulheres, partidários e contrapartidários da autonomização feminina (ROHDEN, 2003, p. 203)

Como aponta Rohden (1998, p. 103), no final do século XIX a diferença sexual e sua sustentação política já se tornavam inquestionáveis, a “biologia da incomensurabilidade fornecia um modo de explicar as diferenças sociais, já que na própria natureza homens e mulheres eram diferentes, e mais do que isso, as mulheres eram naturalmente inferiores”. Nesse sentido, produção social do corpo sexuado, é uma das bases do estranhamento, pois é fruto do desenvolvimento inquestionável da ciência enquanto produtora de conhecimento e verdades sobre o corpo, o sexo, a reprodução, ao mesmo tempo em que, este conhecimento está implicado a construção de uma nova ordem sexuada. É a partir da ciência, enquanto progresso humano-social, que se regula e define de forma fixa, estática e com um discurso de natureza, o que é homem e mulher. Nesse sentido, o gênero humano, passa a ser reconhecido em matéria de sexo, como uma espécie marcada por uma natureza masculina ou feminina.

O que estamos criticando é que a biologia não fornece uma explicação definitiva sobre a sexualidade humana. Em vez disso, a compreensão do sexo, reprodução sexual e dos conceitos de natural/biológico são interpretados por meio da influência oriunda dos interesses. É resultado reflexos da lógica do estranhamento esse confinamento da heterossexualidade à biologia. O “modelo dos dois-sexos” toma a categoria “sexo” com base na própria política de gênero que se desenvolve nesse período histórico, sendo uma concepção que já está ligada a uma visão cultural e sexualizada que define

o "biológico e natural" pelo gênero. Fausto-Sterling (2002) afirma que o conhecimento científico biológico é responsável por criar a noção de sexo e o conceito biológico ao discutir ciência e sexo.

e se os pontos de vista sobre o sexo e a sexualidade já estão embutidos em nossos conceitos filosóficos de como a matéria forma os corpos, a matéria dos corpos não pode constituir um campo neutro e pré-existente a partir do qual compreendemos as origens da diferença sexual. Como a matéria já contém noções de gênero e sexualidade, ela não pode ser um recurso neutro sobre o qual construir teorias "objetivas" ou "científicas" do desenvolvimento e diferenciação sexual. Ao mesmo tempo, temos que reconhecer e usar aspectos de materialidade "que fazem parte do corpo". (FAUSTO-STERLING, 2002, p. 63).

Estamos de acordo com Fausto-Sterling (2002) de que falar sobre a sexualidade é discutir questões biológicas. A cultura influencia na produção social do sexo, mas não exclui a dimensão biológica/corporal. Porém, a dimensão biológica não é fixa e descontextualizada das contingências culturais que também impactam o corpo. Portanto, consideramos que falar de sexualidade, pressupõe que existam

hormônios, genes, próstatas, úteros e outras partes e fisiologias do corpo que usamos para diferenciar o macho da fêmea, que se tornam parte do campo de que emergem variedades de experiências e de desejo sexual. Além disso, variações em cada um desses aspectos da fisiologia afetam profundamente a experiência individual do gênero e da sexualidade. (FAUSTO-STERLING, 2002, p. 62).

Ou seja, "não significa que as capacidades biológicas não sejam pré-requisito da sexualidade humana. Significa que a sexualidade humana não pode ser compreendida em termos puramente biológicos" (RUBIN, 2017, p. 79). A noção de natureza, biologia e imaginário tem um impacto direto em nossa capacidade de transgredir e sermos livres (FAUSTO-STERLING, 2002). A ideia moderna de gênero, corpo e sexualidade envolve uma pré-noção, que já existe antes do corpo e do sujeito que o representa, restringindo o corpo a uma natureza determinada pelo sistema de gênero e sexualidade heteronormativos. Essa é uma premissa do estranhamento sexual. A construção social do sexo corporal está relacionada ao desenvolvimento das forças produtivas e das capacidades humanas de conhecimento sobre o corpo e seu funcionamento. O progresso científico fornece fundamentos para os conceitos sexuais e para uma política de diferença sexual que busca legitimar a nova organização socioeconômica em vigor, as relações sociais burguesas e as novas demandas sociais desse modelo produtivo.

O estranhamento sexual não é somente o fato de já termos ideias preconcebidas sobre a diferença sexual que moldam nossa visão das dimensões fisiológicas, mas é a própria sedimentação dessa forma de conhecer implicada a forma de ser da sexualidade humana. A construção no campo científico desse corpo sexuado marcado por uma biologia sexuada, aponta para uma dinâmica estranhada, onde reside de um lado, o conhecimento sobre o corpo, os órgãos e células e do outro uma política normativa do corpo marcado em feminino e masculino, onde a biologia delimita as possibilidades emancipatórias do corpo e do sexo ao projeto heteronormatividade de compreensão da sexualidade.

A normalização da heterossexualidade

A generalização do dispositivo da sexualidade no século XIX (FOUCAULT, 1988) é componente do estranhamento sexual ao estabelecer regimes de normalidade-anormalidade em relação ao sexo e prazeres. Isso implica que a sexualidade é marcada pela possibilidade de intervenções e correções de práticas “anormais” ao mesmo tempo em que produz regimes de normalização por meio de discursos científicos como a sexologia, psicologia, psiquiatria e medicina reprodutiva. A *scientia sexualis*, sinalizada por Foucault é fruto da dinâmica contraditória do progresso. A sexualidade aparece então como um dispositivo de produção de verdades, que deve operar feitos de verdade que vão desde os fundamentos religiosos aos científicos. Assim, a “natureza” da sexualidade passa a ser um

domínio penetrável por processos patológicos, solicitando, portanto, intervenções terapêuticas ou de normalização; um campo de significações a decifrar; um lugar de processos ocultos por mecanismos específicos; um foco de relações causais infinitas, uma palavra obscura que é preciso, ao mesmo tempo, desencavar e escutar. (FOUCAULT, 1981, p. 67).

O desenvolvimento da biologia, fisiologia reprodutiva e os regimes psicológicos-psiquiátricos são responsáveis por regular de forma racional a construção social do "natural e antinatural" e do "normal-anormal", e acaba por ocultar que o que é “normal-anormal” são produtos históricos, e, a partir do século XIX, esse produto dá-se pelo binômio “heterossexual-homossexual” (KATZ, 1980; PRECIADO, 2011; SWAIN, 2001). Isso faz com que a sexualidade se generalize nas relações sociais, incluindo em leis, regras, conhecimentos, posições filosóficas e políticas que escondem a sua natureza puramente social. É um conjunto de verdades que são expressas por meio de diferentes elementos.

Uma leitura instintualista de Freud; o foco na psicopatologia e somatologia sexual dos grandes sexologistas do século dezenove (Krafft-Ebing, Havelock Ellis) e seus seguidores; o contínuo desenvolvimento da endocrinologia bioquímica e fisiológica desde os anos vinte; a psicobiologia de diferenças sexuais nascida da psicologia comparada; as inúmeras hipóteses de dimorfismo sexual hormonal, de cromossomos e neural, que convergiram nos anos cinquenta; e as primeiras cirurgias de redefinição de gênero por volta de 1960. (HARAWAY, 2004, p. 215-216).

Se constitui, assim, uma visão cada vez mais essencialista da sexualidade, sendo entendida como uma característica inerente à natureza humana, relacionada à reprodução ou a uma pulsão psíquica, ausente de intervenção humana (HEILBORN; BRANDÃO, 1999; VANCE, 1995). O sexo aparece como uma condição estática do corpo, não como um constructo de processos regulatórios (BUTLER, 2001), e as práticas sexuais não-reprodutivas e não heteronormativas são reguladas por códigos psicopatologizantes e moralistas-conservadores (RUBIN, 2017). É essa produção de anormalidade-normalidade, natural-antinatural, é fruto da atividade humana que produz um conjunto de intervenções e práticas corretivas sobre o sexo e as práticas sexuais. Essas por sua vez, são expressões da lógica estranhada, que retroage nas personalidades os avanços e descobertas científicas, possibilitando com que a heteronormatividade vá se sedimentando na normatização da prática e identidade heterossexual.

É dentro desse aspecto que a heteronormatividade irá se constituir como um agente regulatório e normativo. Entendemos que é necessário evidenciar a construção social da homossexualidade para além da sua denominação enquanto norma, dominação ou relação de poder. Para Katz (1980) e Oscar (2007), a homossexualidade foi criada no século XIX e amadurece no século XX, e é considerada tanto uma “invenção histórica” (KATZ, 1980), como narrativa em forma de “mito homossexual” (ÒSCAR, 2007).

Para Katz, a homossexualidade é uma “forma histórica ligada ao tempo – um modo historicamente específico de organizar os sexos e os prazeres” (KATZ, 1996, p. 46). O autor afirma que a homossexualidade busca legitimar-se por meio das implicações entre reprodução humana e ato sexual. Além disso, tenta se apresentar como algo transhistórico, uma vez que todas as sociedades possuem diferenças sexuais e o prazer proporcionado pelo encontro do clitóris com a glândula é um fundamento biológico. O que Katz evidencia é que a homossexualidade possui uma história que nem sempre foi utilizada para definir práticas normais. O autor aponta que o Dr. James G. Kiernan, em 1892, utiliza a palavra homossexual para regular os “pervertidos” que buscavam relações sexuais fora da ordem reprodutiva. Ou seja, até meados de 1920, a homossexualidade era a forma de designar aqueles/as que desviavam do desejo reprodutivo. Katz (1996) aponta que é o Dr. Richard von Krafft-Ebing quem vai contribuir com a teoria dominante homossexual. O psiquiatra alemão entendia que todo instinto sexual é sempre reprodutivo, mas a prática não, assim, se a prática sexual era destinada ao sexo oposto, não era um desvio patológico.

Para Katz (1996), essa nova ordem dos prazeres compunha um projeto político em que a reprodução ou o instinto reprodutivo é o impulso que combinaria diferença sexual e erotismo. Assim, a normalidade erótica é o desejo para o sexo oposto, pois o instinto natural e inconsciente era reprodutivo, independente das práticas serem ou não. Para Katz, a importância de Krafft-Ebing para a história da sexualidade é afastar a ordem erótica da reprodução, e manter a prática homossexual num aspecto sadio e normal. Para ambos – Kiernan e Krafft-Ebing - a homossexualidade era desvio patológico (KATZ, 1996), portanto, é implícito para Katz que a homossexualidade é uma ordem social tensionada pela relação entre prazer e reprodução e os aspectos de normalidade e anormalidade⁸.

Òscar (2007) entende a homossexualidade como um “mito”, um produto histórico e cultural, que busca estabilizar as relações sociais.

La heterosexualidad es un mito, un relato, una historia sagrada. Y se ajusta bien a las funciones sociales del mito: Cumple con la tarea de explicar el mundo. En este caso, el mundo del deseo y de los afectos. En tanto que mito, también sirve para garantizar la estabilidad de las cosas; la heterosexualidad justifica un orden social intocable. Intocable porque no se cuestiona ni tampoco se avalúa; se acepta sin más como se aceptan los mitos. La heterosexualidad es el relato que nuestra sociedad emplea para explicar y entender el deseo. Es un *mythos*: Una narración transmitida oralmente y mediante libros *sagrados*. (ÒSCAR, 2007, p. 17-18)⁹

Para o autor, a homossexualidade nasce da transformação da sodomia em homossexualidade, ou seja, da conversão do pecado em patologia. É, portanto, no século XIX, devido ao conjunto avanço e transformações da ciência e da Revolução Industrial que se aprofunda a criação

da categoria médica e patológica da homossexualidade (ÓSCAR, 2007). Para o autor, os princípios emancipatórios da razão moderna acabam por decair quando se convertem em ciências positivistas, sendo necessário regular e normatizar a nova sociedade. Desse modo, o casamento estável e a sexualidade como coicêntrica e reprodutiva estão associados ao trabalho assalariado na sociedade industrial, contribuindo para sedimentar esse modelo hegemônico de sexualidade (ÓSCAR, 2007). Óscar (2007) sinaliza um importante elemento histórico: a transição do sujeito sodomita ao patológico implica na erosão do poder da Igreja devido aos avanços da sociedade moderna e industrial. Por isso, o sujeito heterossexual é produto da modernidade-capitalista. O avanço das ciências como forma de explicar a realidade destitui o poder da Igreja, modificando as relações sociais e as necessidades de legitimidade para o controle social dos dissidentes (ÓSCAR, 2007).

A heterossexualidade é uma identidade sexual, que se apresenta enquanto uma legalidade do ser social, mediando a relação entre indivíduo e gênero humano, no que tange a compreensão do que é normal e natural em termos de sexualidade. Porém, como já apontamos aqui, essa identidade é um produto histórico do desenvolvimento do progresso científico sobre o corpo e o sexo biológico, consolidado na sociedade capitalista. Os conhecimentos sobre as propriedades do corpo, órgãos, células e fluidos corporais, tornou-se a base social, política e científica da justificativa da heterossexualidade como natureza, passando a regular as condutas humanas e a construção de uma identidade entre heterossexualidade e natureza.

É sobre esses fundamentos sócio-históricos que estamos entendendo, parcialmente, elementos do constructo social que forja a heteronormatividade enquanto estranhamento. A heteronormatividade, portanto, é estranhamento ao regular a vida cotidiana, a intervir na mediação de conflitos individuais e coletivos em matéria de desejo, práticas, identidade, incide nos conflitos entre gênero humano e indivíduo ao se reificar por meio do discurso de natureza. São esses conteúdos construídos socialmente, que são incorporados em matéria de sexualidade humana. Esses fenômenos estão intrinsicamente ligados às contradições do progresso do ser social, ao desenvolvimento de forças produtivas e a regulações ideológicas da vida cotidiana. Tomar esses elementos como estranhamento é desvendar sua construção social como falseamento da realidade, que quer se apresentar como categoria que se encontra na natureza e desdobra-se na cultura, mas que se revela a concretude histórica da construção e normatização dessa natureza.

Considerações finais

O objetivo deste artigo foi abordar a heteronormatividade sob uma perspectiva do estranhamento como uma maneira de compreender a sua construção social¹⁰. A constituição da noção de natureza atrelada a biologia sexual complexifica a forma como se dará a relação entre individualidade e gênero humano em termos sexuais. Os conhecimentos baseados na ciência instituem-se como um conjunto de verdades que tem a função social de harmonizar o processo de naturalização da sexualidade aos interesses e programas societários conservadores em matéria de gênero e

sexualidade. Portanto, o estranhamento sexual é mediado por ideologias que afirmam a natureza da heterossexualidade numa factibilidade biológica.

A construção do paradigma “normalidade-anormalidade”, implicados a um conjunto de intervenções normalizadoras nas práticas sexuais e no desejo, incide diretamente nos problemas que emergem na vida cotidiana quando trata-se de gênero e sexualidade, seja nas práticas educacionais e nas instituições sociais – família, escola, Igreja, Estado – quanto na produção de uma moralização normativa sobre as identidades e práticas dissidentes à heteronorma, em que a vida cotidiana e as alternativas dos indivíduos são reguladas pela heteronormatividade.

Nesse sentido, a heteronormatividade está posta na relação indivíduo e gênero humano, sendo uma forma de normatividade presente no gênero humano por meio da sua instituição histórica, seja como invenção, mito e/ou construção social. Por isso, frisamos que o estranhamento sexual não se refere a sentir-se estranho em relação à sexualidade, ao corpo ou ao sexo "biológico", mas sim à construção da "natureza sexual". É desvendar como as categorias sociais são construídas e, conseqüentemente, o estranhamento sexual é confrontado quando questionamos as construções sociais em torno da sexualidade, refletindo disputas de projetos sobre a sexualidade.

Enquanto projeto normativo, a heterossexualidade vai construindo conteúdos e representações históricas que precisam ser superadas. Apostamos, então, num projeto de emancipação humana que contenha em si um projeto de liberdade sexual. A emancipação sexual trata da superação da heteronormatividade e da destituição de sua função social na ordem capitalista. Portanto, é fundamental desnaturalizar a heterossexualidade, rompendo com uma produção de significados e identidades fixas que atribuem caráter de natureza numa política de “desconstrução sistemática da naturalização das práticas sexuais e do sistema de gênero” (PRECIADO, 2014, p. 22), promovendo uma ruptura com a produção de identidades forjadas na diferença sexual e na dicotomia heterossexual-homossexual.

Referências:

ABREU, Máira; CASTRO, Barbara. Marxismos, feminismos, queer e sexualidades – Parte I: Apresentação: debates e controvérsias atuais. **Crítica Marxista**, n.48, p.89- 107, 2019.

BUTLER, Judith. Corpos que pesam: sobre os limites discursivos do sexo. In: LOURO, G. L. (org.). **O corpo educado: pedagogias da sexualidade**. Belo Horizonte: Autêntica, 2001

COUTINHO, Carlos Nelso. **Pluralismo: dimensões teóricas e políticas**. In: A produção do conhecimento e o Serviço Social. Cadernos ABESS, n. 5, 1991.

COSTA, Gilmaisa Macedo. **Indivíduo e sociedade: sobre a teoria da personalidade em Georg Lukács**. São Paulo: Instituto Lukács, 2012, 2º ed

FAUSTO-STERLING, A. Dualismos em duelo. **Cadernos Pagu**, Campinas, n. 17/18, pp. 09-79, 2001. Disponível em: < <http://www.scielo.br/pdf/cpa/n17-18/n17a02.pdf> >

FOUCAULT, Michael. - **História da Sexualidade I: A vontade de saber**; tradução de Maria Thereza da Costa Albuquerque e J. A. Guilhon Albuquerque. Rio de Janeiro, Edições Graal, 1998.

FORTES, Ronaldo Vielmi. Gênese social e atualidade dos processos de inferiorização da mulher em Marx, Engels e Lukács. **Revista Katalysis**, v. 21, nº 03, 2018.

FORTES, Ronaldo. Para uma ontologia do ser social - O estranhamento. Youtube, 2019. Disponível em: < <https://www.youtube.com/watch?v=FL8x9hCM2Es&t=3384s>>

HARAWAY, Donna. “Gênero” para um dicionário marxista: a política sexual de uma palavra. **Cadernos Pagu** Nº 22 - 2004: pp.201-246.

HEILBORN, Maria Luiza e BRANDÃO, Elaine Reis. “Introdução: Ciências Sociais e Sexualidade”, in: HEILBORN, Maria Luiza (org.). **Sexualidade: o olhar das ciências sociais**, IMS/UERJ. Rio de Janeiro: Editora Zahar, 1999, p. 7-17.

LAQUEUR, Thomas. **Inventando o sexo: corpo e gênero dos gregos a Freud**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2001.

LUKÁCS, Georg. **Para uma ontologia do ser social II**. Tradução de Carlos Nelson Coutinho, Mario Duayer e Nélio Schneider. São Paulo: Boitempo, [1976] 2013

KATZ, Jonathan Ned. **A invenção da heterossexualidade**. Ediouro. Rio de Janeiro, 1996

OLIVEIRA, Rayane Noronha. **Serviço Social, Classe, Gênero e Raça: tendências teórico-metodológicas e as possíveis contribuições da Teoria Unitária**. Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Federal do Rio Grande do Norte – PPGSS/UFRN, 2021

ÒSCAR, Guasch. **La Crisis de la heterosexualidad**. Laertes, S.A. de Ediciones, Barcelona, 2007.

PRECIADO, Paul. Multidões queer: notas para uma política dos anormais. In: **Rev. Estud. Fem.** vol.19 no.1 Florianópolis Jan./Apr. 2011.

PRECIADO, Paul. **Manifesto Contrassexual. Políticas subversivas de identidade sexual**. São Paulo: n-1 edições, 2014.

ROHDEN, Fabíola. **O Corpo fazendo a diferença**. Ensaio Bibliográfico. Outubro 1998.

ROHDEN, Fabíola. A construção da diferença sexual na medicina. **Cad. Saúde Pública**, Rio de Janeiro, 19(Sup. 2):S201-S212, 2003

RUBIN, Gayle. **A política do sexo**. São Paulo: Ubu Editora, 2017

SANTOS, Silvana Mara. **Diversidade sexual: fonte de opressão e liberdade no capitalismo**. **Revista Argumentum**, vol. 9, nº 1, 2017

SWAIN, Tânia Narravo. Para além do binário: os queers e os heterogênero. **Revista Gênero**. Nitéroi. v. 2, n. 1, 2001.

VANCE, Carole. A Antropologia redescobre a sexualidade: um comentário teórico. **Physis - Revista de Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v.5, n.1, 1995.

VAISMAN, Ester. O estranhamento religioso na ontologia lukacsiana. Youtube, 2016. Disponível em: < <https://www.youtube.com/watch?v=QEEEmxHPzpbQ&t=3204s>>

¹ Doutor em Política Social (UnB); Professor Substituto do Departamento de Serviço Social da UnB; nome do Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Trabalho, Sociabilidade e Serviço Social: <<https://dgp.cnpq.br/dgp/espelhogrupo/37635>>. Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/1134437109362587>; Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-8062-630X?lang=enlink>; E-mail: kaicribe@gmail.com

² Tese defendida no Programa de Pós-Graduação em Política Social da Universidade de Brasília (2023), sob a orientação do Prof. Dr. Reginaldo Ghiraldelli.

³ Lukács retrata que o primeiro exemplo de estranhamento é a escravidão, “a primeira forma de desigualdade, em princípio, fundada no terreno econômico-social e imposta entre os membros da sociedade”. Suas características são o ser humano escravizado produzir para além do que necessita para a reprodução (seu caráter econômico) e a relação senhor e escravo que passa a ser uma necessidade social, substituindo uma relação livre e autêntica entre as personalidades, para uma relação de apropriação. Assim, essas categorias “senhor” e “escravo” passam a ser uma representação do ser social e com implicações na vida cotidiana. Além disso, as relações de escravidão sinalizam uma contradição histórica, que implica no desenvolvimento de forças produtivas e de capacidades humanas, com degradação das personalidades. É importante sinalizar que o desenvolvimento das forças produtivas e das capacidades humanas pode ocorrer com a “possibilidade de sacrificar os indivíduos (e até classes inteiras) nesse processo” (LUKÁCS, 2013, p. 580).

⁴ O debate do complexo do estranhamento é o último capítulo de “Para um Ontologia do Ser Social II” de Lukács. Segundo Fortes (2019) e Vaisman (2016), essa problemática encerra a discussão da ontologia do ser social, pois, somente depois de um curso ontológico do ser social e de como as ações dos indivíduos são produzidas, isto é, as suas margens de manobra perante a vida cotidiana, é que a temática do estranhamento ganharia um caráter histórico-social e não ontológico.

⁵ Lukács dedica parte da reflexão sobre o Estranhamento para enfatizar o fenômeno do Estranhamento Religioso. Ao apresentar os “aspectos ideológicos do Estranhamento”, a religião aparece como um exemplo arquetipo de toda sorte de estranhamento (LUKÁCS, 2013). Isso porque, para o autor, a religião é uma forma primordial de estranhamento, pois atribui a uma esfera transcendente atributos que são próprios da ação humana: “os homens transferiam a gênese, a essência, o funcionamento de seu próprio ser a poderes transcendentes, cuja constituição elaboravam no início de modo muito simples, depois cada vez mais refinado intelectualmente, por meio de deduções analogizantes de sua própria existência. Do trabalho teleológico do homem nasceu o modo de estranhamento de um mundo criado por poderes transcendentes e, nele, o estranhamento do próprio homem criado por tais poderes” (LUKÁCS, 2013, p. 301).

⁶ O debate sobre personalidade, individualidade e subjetividade, na tradição marxista, é um tema ainda em aberto. No que tange a elaboração de Lukács sobre “personalidade”, entendemos que podemos compreendê-la enquanto um resultado histórico-social da relação entre gênero humano e indivíduo, produzida pela atividade humana frente às suas necessidades e reflexões. A personalidade seria, como informa Fortes (2019), uma “síntese das perguntas e respostas que ele (indivíduo) elabora frente a sua própria vida”. Gilmaísa Costa (2012, p.140-141), na obra “Indivíduo e Sociedade: Sobre a teoria de personalidade em Georg Lukács” (2012), aprofunda esse entendimento: “A concepção de personalidade como complexo ontológico em *Para a Ontologia do Ser Social* reafirma a apreensão de Lukács sobre o homem enquanto ser fundamentalmente histórico-social, cujo contínuo processo de reprodução tende duplamente à individuação e à sociabilidade. A constituição da personalidade é um dos momentos de superação da nudez natural do gênero em gênero não-mais-mudo, que se gera no desenvolvimento do ser social como totalidade”. O debate da personalidade está diretamente ligado a essa relação dialética entre sociabilidade e indivíduo a partir do trabalho, e está relacionado ao desenvolvimento das capacidades humanas. O debate está em aberto e existem linhas diferentes de apropriação desses fundamentos sobre o complexo indivíduo, subjetividade e personalidade, a exemplo: Tertulian, Nicolas. “Marx: uma filosofia da subjetividade”; Silveira, Paulo. & Doray, B. “Elementos para uma teoria marxista da subjetividade”; Oldrini, Guido, “Lukács e o caminho marxista ao conceito de “pessoa”; Sève, Lucien. “Marxismo e teoria da personalidade”.

⁷ A abordagem de Lukács sobre a questão da sexualidade é algo ainda a ser mais explorado e apresenta diversidades na forma de apreensão. Entendemos que essas “entradas”, apesar de gerarem condições para fazer o debate contemporâneo da sexualidade, não deixam de carregar problemáticas interpretativas e de posição teórico-metodológica sobre a sexualidade. Para nós, um gargalo nessa discussão é a persistência do autor em afirmar que a sexualidade tem uma base irrevogável, ineliminável no campo biológico, devido a atração sexual entre os sexos,

e, nesse trecho, o autor fala de homens e mulheres, e no fato de que a reprodução biológica via ato sexual é uma dimensão ineliminável do ser humano. Entendemos que o autor não poderia oferecer uma análise crítica da construção social do que se entende por biológico e natural em matéria de sexualidade humana. O que não exclui a necessidade de superação da análise do autor, ao mesmo tempo em que possamos utilizar da base que foi desenvolvida no interior da problemática. Esse ponto merece atenção por três motivos: 1. É preciso analisar aprofundadamente o que autor está chamando de sexualidade e a sua relação entre natureza e social nesta abordagem.; 2. A centralidade de relações entre homens e mulheres como um ato natural, sem problematizar a própria constituição social desse sujeito “mulher” e “homem”. 3. O fato de o autor não situar o estranhamento do “homem” como uma atividade de opressão e que se dá em relação ao “estranhamento da mulher”, sem, contudo, problematizar quais elementos constituíram, assim, os fundamentos do homem estranhado. Para aprofundar o debate: Costa, Mônica. Nutrição e sexualidade: dimensões sociais da vida cotidiana. In: Lukács: Estética e Ontologia. Organização Ester Vaisman, Miguel Vedda 1. Ed. São Paulo: Alameda, 2014, e Fortes, Ronaldo Vielmi. Gênese social e atualidade dos processos de inferiorização da mulher em Marx, Engels e Lukács. Revista Katalysis, v. 21, n° 03, 2018.

⁸ Para o autor, essa lógica não ocorre fora das relações sociais. O autor apresenta três contextos históricos que sedimentam a ordem social heterossexual: o processo colonial e a ordem reprodutiva; a classe média e a ideia de amor romântico; e a psicanálise.

⁹ Tradução nossa: “A heterossexualidade é um mito, uma história, uma história sagrada. E se encaixa bem nas funções sociais do mito: ele cumpre a tarefa de explicar o mundo. Neste caso, o mundo do desejo e do afeto. Como mito, serve também para garantir a estabilidade das coisas; a heterossexualidade justifica uma ordem social intocável. Intocável porque não é questionada nem avaliada; é aceita sem mais delongas como os mitos são aceitos. A heterossexualidade é a narrativa que nossa sociedade usa para explicar e entender o desejo. É um mythos: Uma narrativa transmitida oralmente e através de livros sagrados.” (ÓSCAR, 2017, p. 17-18).

¹⁰ Apesar da centralidade que esse estudo deu para a construção social da heterossexualidade pela via da ciência, entendemos que esta análise não encerra a complexidade dessa relação social. Os estudos feministas possuem vastas contribuições ao debate da construção social da heterossexualidade a partir da crítica do patriarcado. Porém, é correto também afirmar que não é consenso no interior do feminismo: o conceito de patriarcado, a relação entre capitalismo e patriarcado, a articulação entre heteronormatividade e patriarcado, a relação entre economia, divisão sexual do trabalho e patriarcado e ainda as tensões entre trabalho produtivo e reprodutivo. Isso se expressa nas correntes teóricas do feminismo: feminismo materialista francês, feminismo da reprodução social, feminismo marxista, feminismo queer etc. Ademais, apesar de inúmeros acúmulos, essa é uma questão aberta e longe de consensos, pois localizar o patriarcado, a heteronormatividade, a cisgeneridade na complexidade da totalidade das relações sociais na cena contemporânea é um trabalho em construção. Nosso objetivo foi demonstrar e particularizar como o complexo da heteronormatividade se sedimentou nas relações sociais a partir da lógica do estranhamento, tomando os estudos de gênero e sexualidade, que questionavam a legitimidade do corpo sexuado, como uma construção da ciência. Mas consideramos a necessidade de aprofundamento e aproximação da categoria estranhamento e suas relações com o patriarcado, cisgeneridade e racismo.